

ceg rio

gasNatural
fenosa 



INFORME ANUAL
2012

2012

**Informe
Anual**

ceg rio

gasNatural 
fenosa



Sumário

Apresentação do Presidente do Conselho de Administração	4
Mensagem do Presidente e do Country Manager	6
Conselho de Administração	8
Comitê de Direção	9
1. Cenários Macroeconômico e Energético	10
2. Gas Natural Fenosa – multinacional líder no setor de gás e eletricidade	12
3. Gas Natural Fenosa no Brasil: 870 mil clientes e R\$ 4,4 bilhões de investimentos	14
4. Evolução da Atividade	16
5. Atividade Comercial	17
6. Serviços ao Cliente	20
7. Atividade Técnica	21
8. Recursos Investidos	23
9. Sumário Financeiro	24
10. Remuneração aos acionistas	26
11. Financiamentos	27
12. Acionistas	28
13. Panorama Tributário	29
14. Relacionamento com a Sociedade	30
15. Demonstrações Financeiras	33

Apresentação do Presidente do Conselho de Administração



Sergio Aranda

Presidente do Conselho de Administração

A Gas Natural Fenosa é atualmente líder mundial do setor de distribuição de gás, segundo o *Dow Jones Sustainability*. Está entre os TOP 100 grupos empresariais. Sem perder o compromisso com o fortalecimento financeiro, o desempenho do Grupo evoluiu em 2012 por conta do forte potencial de crescimento orgânico dos negócios atuais e por saber aproveitar oportunidades adicionais em negócios e mercados-chave.

No Brasil, somos o maior Grupo em vendas de gás natural. Em 2012, tivemos um incremento líquido de 28 mil clientes, 15% a mais que no ano anterior.

Na Ceg Rio, o desenvolvimento dos negócios no período foi bastante positivo, com registro de crescimento, como mostram os números do sumário financeiro. O lucro líquido do exercício de 2012 cresceu 22,52% em relação ao do ano anterior, chegando a R\$ 110.358,00. Esse resultado foi devido, basicamente, à atividade das térmicas, que tiveram sua demanda muito ampliada em função da redução do nível dos reservatórios de água.

O Lajida de R\$ 179.810,00, registrado em 2012 teve acréscimo de 20,49% em comparação com o do ano anterior e demonstra o comportamento favorável que apresentaram os negócios da Companhia. Outro índice a destacar foi o endividamento financeiro da empresa, que era de 20,1% em 2011 e caiu para 16,4%, em 2012.

No aspecto operacional, chegamos com o gás natural a Teresópolis, no Rio de Janeiro, área que tem bom potencial para captação de clientes. Por meio do sistema ponto a ponto de GNC também levamos o gás natural para postos de GNV situados nos municípios de Iguaba Grande, Itaipava, Paty do Alferes e Rio Bonito. Ao fechar 2012, a Companhia já conta com mais de 1.005 km de redes.

O número de clientes da Ceg Rio também teve bom desempenho em 2012, com um crescimento de 17,5% em relação ao ano anterior, nos segmentos residencial, comercial e de gás natural veicular (GNV). Essa performance permitiu à Companhia encerrar o período com um total de 33.333 clientes nos diferentes mercados. Foram abertos novos postos de GNV nos municípios de Itatiaia, Petrópolis, São Pedro da Aldeia e Volta Redonda e, no total, a Companhia já abastece 104 postos.

O grande destaque do ano foi o expressivo aumento de 112% nas vendas de gás para termelétricas do Rio de Janeiro, situadas na área de concessão da Companhia, com despacho médio em torno 4,4 Mm³/dia. Com esse fornecimento, a Companhia mostrou ter flexibilidade para se ajustar às variadas condições do mercado de gás e, porquê, de já ocupar posição de destaque no panorama das empresas de energia do Brasil.

Mas não foi somente nas atividades de caráter técnico e comercial que a Ceg Rio demonstrou sua capacidade em 2012. Dando continuidade à trajetória de empresa engajada em atividades que vão além do seu negócio, a Ceg Rio patrocinou 13 diferentes projetos sociais e culturais. Foram iniciativas alinhadas com a estratégia do Grupo, principalmente, na educação e na cultura.

As realizações mostradas nesse relatório já são por si só motivo de orgulho e satisfação para nós, mas a Ceg Rio alcançou ainda, em 2012, outras conquistas que merecem ser mencionadas. Entre elas está a certificação da Companhia pela empresa AENOR, na OHSAS 18.001 (Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho) e a obtenção da certificação ISO 14.001. Com esta ISO, a Ceg Rio garante um melhor desempenho das atividades ambientais e se torna cada vez mais consciente de que a preservação ambiental é condição prévia para a realização de seus negócios.

Por tudo isso, temos confiança de continuar no caminho escolhido, que mostrou ser o correto para que a Ceg Rio enfrente com segurança e tranquilidade as adversidades do mercado. Seguimos contando com o esforço e a dedicação diária de todos os colaboradores que integram essa Companhia e contando também com nossos parceiros – pessoas, empresas e entidades –, sem os quais os resultados aqui apresentados não teriam sido possíveis.

Quero agradecer ainda aos acionistas e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro por todo o apoio e confiança em nossa gestão.

Muito obrigado.

Mensagem do Presidente e do Country Manager

É com satisfação que apresentamos os resultados positivos da Ceg Rio em 2012. São indicadores que revelam muito mais do que o sucesso do nosso plano de negócios. Demonstram que as decisões tomadas há 16 anos – quando a Gas Natural Fenosa chegava ao Rio de Janeiro e a Ceg Rio era criada – viabilizaram não só o sólido crescimento da empresa como também muitos dos resultados alcançados até aqui.

Uma dessas decisões foi o investimento na construção de novos gasodutos para atendimento às usinas do plano prioritário de termelétricas (PPT). Essa decisão estava pautada na crença da necessidade de aumentar a participação do gás natural na matriz energética brasileira e de dotar o país de mais uma alternativa para ser empregada na geração de energia.

E, pelo visto, estávamos certos. No ano passado todas as termelétricas a gás entraram em operação para dar segurança ao sistema elétrico, em função da queda dos níveis dos reservatórios hídricos. O despacho médio das térmicas chegou a 4,4 milhões m³/dia, representando um acréscimo de 112% em comparação com o ano anterior, fato que só sinalizou a relevância que o gás natural passou a ter no Brasil.

Outro segmento que registrou boa performance em termos de vendas foi o de gás natural veicular (GNV). Os 104 postos de revenda do combustível instalados no interior do Estado registraram um aumento de 4% no volume de vendas no ano. Um resultado positivo e que se contrapôs ao desempenho nacional, que apresentou queda de 1,7% nas vendas do produto.

Nos mercados doméstico e comercial o destaque ficou para o início da operação em Teresópolis, município no qual estimamos atender cerca de 9 mil novos clientes nos próximos cinco anos.

A taxa de crescimento da nossa base de clientes também foi positiva. Registramos um aumento de 17,5%, sendo o mercado residencial o que mais colaborou para esse resultado. Hoje a Ceg Rio já conta com mais de 33 mil clientes em sua área de concessão, dos quais 41% estão localizados nas duas maiores cidades da região Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes e Macaé.



Bruno Armbrust

Presidente
Gas Natural Fenosa Brasil



Antoni Almela

Country Manager
Grupo Gas Natural Fenosa

Isso só vem ratificar que sempre estivemos focados na universalização do gás natural. Atualmente abastecemos 30 municípios, a maior parte deles carentes de serviços de infraestrutura básica e que hoje contam com a disponibilidade de uma opção energética com menor impacto ambiental. Para chegar a este resultado, investimos fortemente na construção de novas redes. Só no ano passado foram R\$ 30 milhões direcionados à expansão comercial, permitindo com isso que a Companhia encerrasse o exercício com mais de 1.000 km de rede.

Mas a atuação da Ceg Rio não se limitou ao crescimento de sua malha de distribuição e da oferta do gás natural. Buscamos nos distinguir ao proporcionar uma excelente qualidade de serviço, ao exigir o cumprimento de normas de segurança e ao apoiar uma série de projetos de educação e meio ambiente.

Um desses projetos foi o Festival de Artes Teresópolis, uma mostra de cultura e educação, que aconteceu pela primeira vez na cidade. Também procuramos valorizar a memória e a cultura das regiões do interior do Estado do Rio, ao apoiar o Festival Vale do Café.

Nossos colaboradores estão engajados com essa nossa proposta e de forma voluntária estão doando recursos para o programa Dia Solidário, que no Brasil desenvolveu o projeto Jovens na Cozinha. Uma iniciativa realizada em parceria com a Unilassale – instituição de ensino superior localizada em Niterói – e que está gerando emprego e renda por meio da formação de jovens no curso de cozinheiro internacional.

Todas essas realizações não são apenas fruto de nossa gestão. São resultados da atuação em parceria com o Governo do Estado e com as prefeituras dos municípios em que estamos presentes. Também representam a confiança dos acionistas em nosso modelo de negócios e o resultado do empenho de todo nosso time de colaboradores. É este entorno favorável que nos faz acreditar que temos um ambiente seguro para irmos muito além.

É assim que desejamos continuar porque, sem dúvida, há um notável potencial de crescimento para a Ceg Rio nos próximos anos.

Muito obrigado.

Conselho de Administração

Sérgio Manuel Aranda Moreno

Bruno Armbrust

Antoni Almela Casanova

Alexandre Bahia Santiago

Ewald Possolo Correa da Veiga (em memória)

Francesc Solbes Pons

Narcis de Carreras Roques

Comitê de Direção

Bruno Armbrust | Diretor – Presidente

Antoni Almela Casanova | Comercial

Aline Silva Nogueira | Controle de Gestão

Ana Carolina Almeida | Auditoria Interna

Daniela Helena Napolitano | Serviço a Clientes

Daniele Viana Toval Conrado | Recursos Humanos

Fernanda Amaral Mendes Alves | Comunicação

Flávio Campos | Informática

Gilberto Guimarães Rosa da Silva | Serviços Compartilhados

Ignácio Pascual | Planejamento, Ingressos e Regulação

José Eudes Freitas | Econômico-Financeiro

José Maria Margalef Badenas | Operações

Katia Brito Repsold | Gestão de redes

Kátia Valverde Junqueira | Serviços Jurídicos

Mario Nevares | Organização e Qualidade

1

Cenários Macroeconômico e Energético

Devido à crise mundial, o desempenho econômico no ano 2012 não conseguiu cumprir com as expectativas tanto do Governo quanto do setor privado. A atividade industrial foi reduzida em 2,7%, o que teve um impacto direto na economia, encerrando o ano com baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que ficou em 0,9%.

Mas graças à política de ajuste implantada, a inflação acumulada em 2012 comportou-se positivamente, passando de 6,5%, em 2011, para 5,84%. Essa desaceleração da economia e menor inflação permitiram que o Banco Central reduzisse substancialmente a taxa de juros, chegando a 7,25% ao ano, ao final de 2012, fato que tornou-se um dos destaques econômicos do ano.

Merece também destaque a trajetória da taxa de câmbio no período, quando o governo conseguiu depreciar moderadamente a moeda local frente ao dólar. O Real iniciou o ano bastante valorizado, sendo apontado como um dos grandes responsáveis pela perda de competitividade da indústria nacional. Ao longo do ano, em especial a partir da segunda metade, esta tendência se reverteu, com um processo de depreciação da moeda local frente ao dólar, até alcançar o nível desejado pelo governo. Desde então, o Banco Central passou a realizar intervenções no mercado de forma a mantê-lo em torno dos R\$ 2,00, parecendo ser este o novo patamar buscado no curto prazo.

Outro indicador a se considerar na análise do cenário de 2012 é o setor de energia elétrica, que passou por mudanças importantes. O fato a se destacar foi a decisão do governo sobre as condições de prorrogação antecipada das concessões de geração e transmissão, que vencerão em 2015, com redução das tarifas elétricas.

O consumo de energia elétrica apresentou um crescimento moderado de 3,5% no período de janeiro a dezembro de 2012, situando-se em 448,3 TWh. Grande parcela da expansão verificada no período foi liderada pelos setores comercial e residencial que tiveram, respectivamente, elevações de 7,9% e 5% em relação ao igual período em 2011. Já o acumulado do consumo energético do setor industrial ficou estável, quando comparado a 2011, reflexo do baixo nível de atividade do setor.

O nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas (UHEs) em 2012 manteve-se bem abaixo do observado em 2011. Em decorrência das baixas vazões hidrológicas, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que determina o valor da comercialização da energia no mercado livre, alcançou altos níveis em 2012, passando dos R\$ 500/MWh, o maior patamar desde 2008, com o registro de R\$ 569,59/MW.

Por outro lado, derivado da baixa demanda de energia por parte das concessionárias de distribuição, os leilões A-3 e A-5 foram constantemente remarcados. Assim, em 2012, foi apenas realizado o Leilão A-5 de 14 de dezembro, sendo contratados doze projetos de geração, sendo duas hidrelétricas e dez eólicas, somando capacidade instalada de 574,3 MW dos 14.181 MW habilitados. O preço médio final alcançou R\$ 91,25/MWh – um deságio médio de 18,53% em relação ao preço inicial.

Em 2012, o mercado de gás natural no Brasil foi impactado pela a demanda destinada à produção termoelétrica, que apresentou crescimento significativo devido ao baixo nível dos reservatórios das hidroelétricas, sendo suprida, sobretudo, com importação via GNL.

De janeiro a novembro de 2012, o consumo médio brasileiro de gás natural atingiu 92,8 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), registrando crescimento de 4% sobre o consumo do mesmo período do ano anterior. O volume médio comercializado pelas distribuidoras de gás natural e concessionárias existentes no País foi de 56,3 milhões de m³/d, volume 13,5% maior do que nos onze primeiros meses de 2011. Dos 36,3 milhões de m³/dia restantes, 17,4 milhões de m³/dia foram consumidos diretamente pelo produtor em refinarias, fábricas de fertilizantes nitrogenados (FAFENs) e termoelétricas e, o restante, consumido na produção, processamento e transporte de gás.

O preço médio do gás natural da Região Sudeste fechou, em dezembro de 2012, a US\$ 12,34/MMBTU, valor superior ao mesmo período de 2011, que foi de US\$ 11,87/MMBTU, representando uma variação de 4%, com taxa média de crescimento de 0,33% ao mês. Já o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub – preço que não inclui impostos, transporte, nem margem do distribuidor – fechou, em novembro de 2012, a US\$ 3,42/MMBTU, valor inferior à média de 2011 (US\$ 4,00 MMBTU).

A produção nacional média foi de 73 milhões de m³/dia até novembro de 2012. A oferta nacional média disponível ao mercado foi de 39,3 milhões de m³/dia, aumento de 16%, comparada com igual período do ano anterior, tendo o gás natural não associado sido determinante para suprir esse aumento. A oferta importada de gás natural atingiu os 34,4 milhões de m³/dia, havendo acréscimo de 25% em 2012, comparado com o mesmo período de 2011. Esse acréscimo deve-se ao elevado aumento da importação de GNL em 2012, crescimento de 498% comparado com os onze primeiros meses do ano anterior. Cabe ressaltar que, no Brasil, praticamente a metade da oferta de gás natural deriva da importação tanto de GNL quanto do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol).

Quanto à produção nacional média de petróleo, até outubro de 2012 foram registrados 2,15 milhões de barris por dia (b/d), uma queda de 1% em relação à produção média observada em 2011, de 2,17 milhão de b/d no mesmo período. Segundo dados da Petrobras, que representa cerca de 92% da produção média diária de petróleo no país, até outubro foi de 1,97 milhões de b/d, o que significa uma queda de 1,8% em relação ao período anterior.

A crise mundial, no entanto, não afetou em 2012 os preços internacionais do barril de petróleo, que se mantiveram historicamente em alta. O preço médio do petróleo tipo WTI no ano 2012 foi US\$ 94,1/barril, praticamente estável em relação ao verificado em 2011, de US\$ 94,9/barril. O Brent apresentou comportamento semelhante, sendo observado um preço médio de US\$ 111,6/barril, também em linha com o do ano anterior, de US\$ 111,2/barril. Desta forma, os preços médios do barril de petróleo estabilizaram-se nos níveis historicamente altos, que foram alcançados pelo energético no ano passado.

Apesar das dificuldades apresentadas em 2012 e a alta competitividade, o mercado de gás natural cresceu e a previsão para o próximo ano é de recuperação dos indicadores.

2

Gas Natural Fenosa – multinacional líder no setor de gás e eletricidade

A Gas Natural Fenosa, operadora da Ceg, Ceg Rio, Gas Natural SPS e Gas Natural Serviços, é uma multinacional líder no setor de gás e eletricidade, presente em 25 países, e que conta com cerca de 20 milhões de clientes e 17,3 GW de potência elétrica instalada no mundo.

É a primeira distribuidora de gás da América Latina, líder em comercialização de gás natural na península Ibérica. Com uma frota de 11 navios metaneiros é um operador de referência de gás natural liquefeito (GNL) e gás natural na bacia do Atlântico e Mediterrâneo, onde opera 30 bcm., com uma plataforma de infraestrutura única.

Apesar da crise mundial que gerou um cenário mais exigente, a Gas Natural Fenosa melhorou seus resultados em 2012 graças ao equilíbrio do seu perfil de negócios, ao crescimento da sua atividade internacional e também graças à sua disciplina financeira.

A empresa teve em 2012 uma evolução muito superior à média das empresas similares. Seu Ebitda consolidado aumentou 9,4% e o lucro líquido cresceu 8,8%, com volume de negócios, até 31 de dezembro de 2012, passando de 24.904 milhões de euros, o que representa um aumento de 18,2% em relação ao ano anterior.

Em seu plano estratégico 2010-2014, a Gas Natural Fenosa estabelece duas fases diferenciadas: até 2012, a companhia esteve voltada para o fortalecimento do balanço, para a otimização na consecução de sinergias e para o crescimento orgânico. Na segunda fase, até 2014, estará centrada na realização de investimentos em função do entorno, para aproveitar as oportunidades nos mercados-chave. O plano prevê que a América Latina continue como um pilar dentro do grupo.

A Companhia tem posições bem complementares em mercados importantes como Espanha, México, Colômbia e Brasil, e ocupa posição atrativa na América Latina, com grande potencial de crescimento. É um dos maiores operadores mundiais de ciclos combinados, com 9.287 GW de potência. Tem ainda participações em três regaseificadoras e em duas usinas de liquefação.

Presença em 25 países no mundo

Na Espanha, a Gas Natural Fenosa distribui e comercializa gás e eletricidade e desenvolve atividades de geração elétrica, regaseificação e exploração. Na França, na Bélgica e em Luxemburgo realiza atividades de comercialização de gás; na Holanda comercializa energia e na Itália distribui e comercializa gás natural e desenvolve projetos de regaseificação. Suas atividades em Portugal incluem comercialização de gás e eletricidade e ainda projetos eólicos.

Na América Latina, a Companhia realiza atividade de distribuição de gás na Argentina e no Brasil; de distribuição no mercado elétrico e gasista na Colômbia e de geração elétrica e distribuição de gás no México. A atividade em Porto Rico está voltada para a geração elétrica e a operação de uma planta de regaseificação.

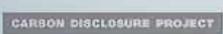
A Gas Natural Fenosa também realiza o serviço de distribuição elétrica na Nicarágua e Moldávia; gera e distribui eletricidade no Panamá; e participa de negócios de telecomunicações na Guatemala. Na Costa Rica, República Dominicana e no Quênia, o grupo desenvolve atividades de geração. No sul da África, conta com uma mina de carbono e, no Marrocos, realiza atividades de exploração e de operação do gasoduto Magreb-Europa.

Além disso, participa de plantas de liquefação no Egito, Omán, e tem uma carteira de projetos eólicos na Austrália, além de projetos de *upstream* em Angola. A empresa mantém ainda relações comerciais de compra e venda de gás em numerosos países, entre os quais destaca-se a Argélia, por onde passa o gasoduto Magreb-Europa.

Líder também em matéria de Responsabilidade Corporativa, a Gas Natural Fenosa tem uma série de reconhecimentos, conferidos por entidades de referência (quadro abaixo).



Reconhecimentos

Índices mundiais de responsabilidade corporativa	Outros reconhecimentos
 <p>Presente no índice de forma ininterrupta nos últimos oito anos. Incluída no DJSI Europe pela sétima vez consecutiva. Líder no setor de distribuição de gás</p>	 <p>Prêmio de excelência financeira</p>
 <p>Distinguida pelo quinto ano consecutivo no Anuário da Sustentabilidade</p>	 <p>1ª companhia do mundo no setor de gás. Prêmio de melhor iniciativa de desenvolvimento comunitário para o projeto Cuartel V na Argentina</p>
 <p>Incluída no índice de sustentabilidade pelo 11º ano consecutivo</p>	 <p>10ª companhia energética mais admirada do mundo</p>
 <p>Incluída desde a criação do índice</p>	 <p>Prêmio de melhor operação financeira</p>
 <p>Terceira posição no mundo e <i>utility</i> melhor valorada. Segundo o Informe Carbon Disclosure Project (CDP Global 500) correspondente a 2012</p>	 <p>Selo "Excelencia en Diversidad". Conforme o modelo EDC de gestão para favorecer a inclusão da pessoa com deficiência</p>
	 <p>Certificado efr em desenvolvimento Humano e social</p>

3

Gas Natural Fenosa no Brasil: 870 mil clientes e R\$ 4,4 bilhões de investimentos

O ano de 2012 foi de importantes resultados para a Gas Natural Fenosa no Brasil. A empresa – operadora da Ceg, Ceg Rio, Gas Natural SPS e Gas Natural Serviços – realizou um volume de investimentos que chegou a R\$ 206,5 milhões.

Desde 1997, já contabiliza mais de R\$ 4,4 bilhões de investimentos no país, sendo boa parte destinada à ampliação e melhoria da malha de distribuição de gás em todas as áreas de concessão.

A Gas Natural Fenosa fechou 2012 com um total de 870 mil clientes no Brasil e uma rede de mais de 6 mil km de extensão. As empresas do grupo já estão presentes em 68 municípios brasileiros. Em 2012, iniciou, através da Ceg Rio, o abastecimento em Teresópolis, Iguaba Grande, Itaipava, Paty do Alferes e Rio Bonito. Através da Gas Natural SPS, concluiu as obras da estação de descompressão, que viabilizará a antecipação da chegada do gás a Itapetininga, em 2013.

Em 2012, a Gas Natural Fenosa teve novas indústrias incorporadas à sua carteira de clientes, entre elas destaca-se a Nissan do Brasil, que firmou contrato de abastecimento de gás natural para a unidade situada no município de Resende, cujo consumo previsto é de 13.695.000 m³/ano, em média.

Além desta, foram incorporadas a Masterpav (fábrica de asfalto), e a Saint-Gobain do Brasil, localizadas no Rio de Janeiro; e em São Paulo, a italiana Arvedi Metalfer do Brasil, produtora de peças para o segmento automobilístico. Juntas, essas indústrias representam um consumo de mais de 2.413.356 m³/ano.

No mercado de cogeração e climatização, firmou contrato de abastecimento de gás natural com o Centro Comercial Nova América, onde também atenderá diversos pontos de abastecimento de gás, com consumo projetado de 23,6 GWh/ano.

No mercado residencial, o destaque do ano ficou para o início do abastecimento das edificações do programa *Minha Casa, Minha Vida*. O condomínio “Morar Carioca” terá 2.240 domicílios abastecidos por gás natural, com aplicação da tarifa social.

Na área de negócios não regulados, a Gas Natural Fenosa – através da empresa Gas Natural Serviços – ampliou o serviço de venda e instalação de aquecedores a gás. Desde o início dessa atividade já comercializou mais de 13 mil aparelhos. A empresa também fechou 21 contratos de soluções energéticas, com destaque, em 2012, para a implantação de sistemas de geração de energia com gás natural no Casa Shopping e no Fluminense Futebol Clube. A atuação da Gas Natural Serviços garante conforto e segurança aos consumidores de gás natural canalizado na medida em que proporciona não apenas a venda de equipamentos a gás aos seus clientes como também a revisão das instalações internas de gás.

Um ano de muitos prêmios

Ao longo de 2012, as empresas controladas pela Gas Natural Fenosa no Brasil conquistaram 10 prêmios. Foram *cases* e projetos que receberam a chancela de diferentes instituições que reconheceram os resultados e o caráter inovador dos projetos realizados. Esses prêmios foram:

- **3º Global Contact Forum** – Ouro na 1ª Entrega Anual de Prêmios Latino-Americanos, com o *case* Unidos pelo Cliente.
- **XII Prêmio ABT (Associação Brasileira de Telesserviços)** – Ouro em Operações Próprias ou Terceirizadas – Ativas, com “Gas Natural Fenosa: Mais que cobrança, mais pelo cliente”, que também recebeu o troféu de
 - Ouro por ter sido selecionado entre todos os trabalhos como o “*Case* do Ano”.
 - Ouro em Campanhas de Comunicação – Internas (Empresas), com “Jornada das Estrelas no Espaço do Cliente”.
 - Prata em Gestão da Qualidade (Empresas), com o *case* “Atendimento com Excelência da Gas Natural Fenosa em São Paulo”.
 - Prata em Atendimento Técnico, com o *case* “Risco Zero – O Compromisso em Manter um Serviço Público Seguro”.
- **Prêmio MasterInstal** – O *case* “Capacitar com Segurança: Esse é o Compromisso do Grupo Gas Natural Fenosa” ganhou o troféu prata.
- **Top Gás** – O *case* Campanha VIP foi o grande vencedor nacional na categoria Relacionamento com Clientes do Prêmio Petrobras de Reconhecimento às Distribuidoras de Gás Natural – Top Gás 2012.
- **Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Niterói (Ademi-Niterói)** – Ceg ganhou o prêmio Top Fornecedor
- **Prêmio Aberje** – Ouro no Prêmio Aberje 2012, principal premiação na área de Comunicação do Brasil. A companhia foi campeã regional na categoria Comunicação e Relacionamento com o Público Interno, com o *case* Programa Dialogar: a Vitória do Diálogo.
- **Fórum Geoespacial Latino-Americano** – Prêmio Geospatial Technology for City Management, pelo projeto GeoVias, que integra informações sobre as redes subterrâneas da cidade em um único banco de dados.
- **PECC 2012** – Prêmio de Excelência em Contact Center – O Atendimento Telefônico da Gas Natural Fenosa Brasil foi tricampeão no prêmio Excelência em Contact Center.
- **TOP de RH** – Ouro com o *case* “Carreira em Foco: uma Visão Estratégica de Recursos Humanos”.
- **Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos – ESARH** – Ouro na categoria Gestão de Pessoas.

4

Evolução da Atividade da Ceg Rio

Cientes captados no ano

Em dezembro de 2012, as altas por gestão comercial na Ceg Rio atingiram 6.840 clientes, sendo 6.780 residenciais, 53 comerciais, 2 industriais e 5 postos de GNV. Devido à maior atividade comercial, as captações foram 61,1% superiores ao mesmo período de 2011.

Total de clientes

A Ceg Rio fechou o ano de 2012 com o total 33.333 clientes.

Vendas

As vendas médias diárias totais foram de 6.609 mil metros cúbicos. As vendas para geração elétrica apresentam acréscimo de 112%, se comparadas ao mesmo período de 2011. As vendas de gás convencional (excluídas as vendas para geração elétrica) apresentaram decréscimo de 1,9% em relação ao mesmo período de 2011.

Investimentos

Os investimentos no período somaram R\$ 30.400,00, montante 0,1% inferior ao mesmo período do ano passado.

Atividade operacional

Teleatendimento: até dezembro foram recebidas mais 24.300 chamadas e o percentual de chamadas abandonadas ficou em 4,5%. No mesmo período do ano passado, foram atendidas mais de 25.700 chamadas.

Atividade Comercial

5

Em 2012, o número de clientes da Ceg Rio teve um crescimento de 17,5% em relação ao ano anterior, com incremento líquido de 3.279 clientes, encerrando o período com um total de 33.333 clientes nos diferentes mercados.

Número de Clientes	2012
Residencial	32861
Comercial	281
Industrial	85
Geração Elétrica	2
GNV	104
Total	33.333

Dando continuidade ao seu plano de expansão, a Companhia concluiu as obras de infraestrutura e chegou ao Município de Teresópolis, iniciando o abastecimento no segmento residencial. Além disso, iniciou o abastecimento de gás natural também nos municípios de Iguaba Grande, Rio Bonito e Paty do Alferes, por meio de gás natural comprimido (GNC).

Assim, a atividade comercial da Ceg Rio foi realizada em 30 municípios, dos quais 22 são abastecidos com rede de gás natural canalizado e 08 são atendidos por meio do sistema de gás natural comprimido (GNC), sendo eles Valença, Vassouras, Araruama, Sto. Antonio de Pádua, Angra dos Reis, Paty do Alferes, Rio Bonito e Iguaba Grande. Os municípios de Carapebus e Quissamã já possuem rede de gás canalizado, cuja atividade comercial já está pronta para ser iniciada, quando passarão a 32 os municípios abastecidos com gás natural.

No segmento residencial, a Companhia já atende cerca de 33 mil clientes dos quais aproximadamente 41%, ou seja, 13.532, estão localizados nas duas maiores cidades da região Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes e Macaé. Destaque também para o município de Cabo Frio, que atingiu 5.048 clientes residenciais.

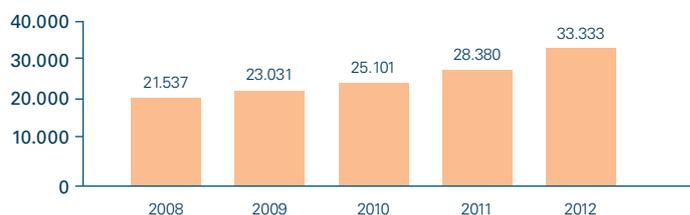
Na Região Serrana, já são 6.301 os clientes atendidos. A região que obteve maior crescimento no segmento residencial foi a Norte Fluminense onde, em apenas um ano, mais de 5.201 novas residências passaram a ser abastecidas com gás natural, totalizando 20.698 clientes. Este incremento de clientes residenciais representa 30% frente a 2011.

No segmento comercial, destaca-se o incremento de 7% no número de clientes, em relação ao ano anterior. Com isso, a Ceg Rio já atende a 259 pequenos comércios e 22 grandes comércios, em sua área de concessão.

No segmento de gás natural veicular (GNV), foram abertos cinco novos postos, distribuídos nos seguintes municípios: um em Itatiaia, um em Petrópolis, dois em São Pedro da Aldeia e um em Volta Redonda. No total, a Companhia já abastece 104 postos de GNV.

No segmento industrial, em 2012, foram dois novos clientes abastecidos nos municípios de Itatiaia e Porto Real, totalizando 85 clientes atendidos pela Ceg Rio.

Evolução do número de clientes nos últimos 5 anos:



Vendas convencionais

Em 2012 os mercados residencial, comercial e de GNV da Ceg Rio tiveram incremento nas vendas de 6%, 10% e 4%, respectivamente.

No segmento industrial, houve uma redução de 3%, já que esse mercado foi muito impactado pela queda da produção em função da crise mundial e também por conta da redução de oferta de gás de leilão, no segundo semestre de 2012, de forma a priorizar o suprimento para as termelétricas.

Visando à recuperação do nível de vendas e o fomento do número de conversões para o mercado de gás natural veicular, em 2012 a Companhia deu continuidade à campanha de incentivo ao uso do GNV, que abordou as vantagens econômicas frente aos demais combustíveis. A campanha – que foi veiculada nas rádios, mobiliário urbano, outdoors, postos de combustíveis, revista, jornal, taxidoor e TV – reforçou que o GNV é uma decisão inteligente por não prejudicar o motor, aumentar o período entre as manutenções, ter rendimento superior, ser menos poluente e ser um combustível seguro.

Após o período de veiculação da campanha registrou-se um incremento de vendas de 4% no volume total, número significativo, levando-se em conta que houve uma redução de 1,7% nas vendas de GNV na região Sudeste do país.

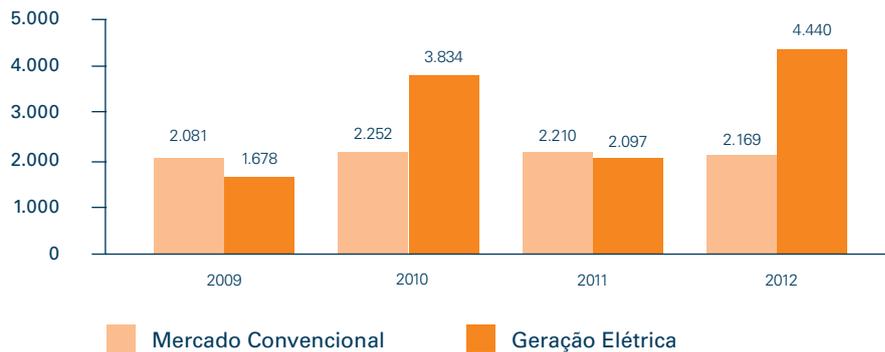
Vendas (mil m ³ /dia)	2012	2011	Variação (%)
Residencial	7,3	6,9	6%
Comercial	4,5	4,1	10%
Industrial	1.703,6	1.761,3	-3%
GNV	453,2	437,5	4%
Total do mercado convencional	2.168,7	2.209,8	-2%
Geração Elétrica	4.440,8	2.097,2	112%
Total	6.609,5	4.307,0	53%

Vendas para Geração Elétrica

As vendas de gás para as termelétricas do Rio de Janeiro, situadas na área de concessão da Ceg Rio registraram, em 201 um expressivo aumento de 112% em comparação com o ano anterior. O fato foi consequência do reduzido nível dos reservatórios de água, o que aumentou a necessidade de acionamento das térmicas.

O despacho médio das térmicas, no período, ficou em torno 4,4 Mm³/dia, quando em 2011 foi de 2,1 Mm³/dia.

Evolução do volume de vendas em (mil m³/dia):



Contrato de fornecimento de gás

Foi firmado em 2012 o aditivo ao contrato vigente de fornecimento de gás com a Petrobras, tendo como principal alteração a prorrogação do seu término para 21/12/2019. Adicionalmente, as outras modificações relevantes foram: (a) adequar o preço do gás à Resolução ANP n° 52/2011 com o objetivo de incluir as parcelas de molécula e transporte, bem como introduzir o conceito de valor-teto e (b) alterar as regras de compromisso de recebimento do gás, introduzindo a Retirada Mínima Anual (TOP anual), Remuneração Mínima de Reserva Anual (SOP anual) e Remuneração Mínima de Reserva Mensal (SOP mensal).



6

Serviço a Clientes

Mais reconhecimento externo

Em um ano de muitos prêmios recebidos e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, a Companhia manteve seu foco na satisfação do cliente. Desde o início de 2012, foram desenvolvidas e implantadas diversas ações operativas para melhora na qualidade do atendimento telefônico.

Engajada com a responsabilidade social da empresa e com o objetivo de ampliar as fronteiras para estar em contato direto com o cliente, a Ceg Rio disponibilizou um novo canal de atendimento para portadores de necessidades especiais.

Acompanhando a dinâmica de novos canais de contato com o cliente, foi elaborado e desenvolvido todo o projeto de Redes Sociais para entrada no Facebook e Twitter. Foi também lançado o novo portal na web, com mais serviços e facilidades para os clientes e acionistas da Companhia.

Foram implantados ainda importantes projetos que traduzem a eficiência operativa:

- Fórum de Escuta – comitês quinzenais, formados por colaboradores das áreas operativas de toda a empresa, onde são analisados os atendimentos do Call Center, sendo propostas ações de melhorias nos processos.
- Iniciativas de Integração e Capacitação Técnica – encontros e treinamentos realizados com os colaboradores de Serviço a Clientes e de todas as áreas da empresa, promovendo a troca de experiências, divulgação das melhores práticas, melhora na comunicação entre as áreas, motivação e excelência no atendimento.
- Campanha Paixão pelo Serviço – projeto com foco em promover melhoras operativas, eficiência, integração e garantir a qualidade no atendimento. A dinâmica do projeto é realizada através de mesas de trabalho que analisam e propõem mudanças nos processos dos principais motivos de atendimentos (reclamações).

Para atender os municípios de sua área de atuação, a Ceg Rio ampliou em 2012 o projeto de Atendimento Móvel, através do qual os clientes podem obter os serviços de emissão de segunda via da conta de gás, solicitação de instalação de gás natural, transferência e baixa de titularidade da conta, alteração de dados do cadastro do cliente e inclusão de débito automático, além de informações gerais.

A Companhia fez em 2012 um total de 150 atendimentos através desse sistema. A Oficina de Garantia de Serviço ao Cliente atendeu, em 2012, 210 clientes da Ceg Rio.

O ano de 2012 marcou a realização de importantes projetos para ampliação das redes de distribuição da Ceg Rio:

Em Teresópolis, começou a operação da nova estação de descompressão de gás natural, com capacidade de 3000 m³/h, para abastecimento de clientes residenciais, comerciais, industriais e GNV, tendo sido iniciado o fornecimento para o segmento residencial.

Em Guapimirim, está em construção a nova base de compressão de gás natural, com capacidade de 3000 m³/h, para abastecimento dos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e, futuramente, Cachoeiras de Macacu.

Em Resende, foram remanejados 4,4 km de rede de aço carbono de alta pressão AP-16 bar. Além disso, foram construídos ramais para abastecimento de clientes comerciais e industriais.

Ao encerrar o ano, a Companhia já contabiliza mais de 1.005,7 km de redes.

Meio Ambiente

O ponto mais forte das atividades ambientais da Ceg Rio em 2012 foi a obtenção da certificação ISO 14.001 que visa à melhoria contínua dos processos ambientais e ao atendimento aos requisitos legais. Com esta certificação, a empresa garante um melhor desempenho das atividades ambientais e se torna cada vez mais consciente de que a condição prévia para a realização de seus negócios é a preservação ambiental.

Reafirmando mais um ano o compromisso com a Política de Responsabilidade Corporativa, também foi ampliado o Programa de Neutralização. Com o objetivo de sensibilizar os colaboradores sobre a importância da redução de gases efeito estufa, foram neutralizados em 2012 cinco eventos realizados pelas empresas da Gas Natural Fenosa no Brasil. Esses eventos totalizaram 5.673 kg de CO₂ que deixaram de ser emitidos na atmosfera:

- 1º Encontro da Diretoria de Gestão de Rede (623 kg de CO₂eq)
- Workshop Ambiental – Energia Sustentável Para Todos (530 kg de CO₂eq)
- 2º Encontro da Diretoria de Gestão de Rede (200 kg de CO₂eq)
- 3º Encontro da Diretoria de Gestão de Rede (1.391 kg de CO₂eq)
- Festa de final de ano (2.929 kg de CO₂eq)

Merecem destaque também as atividades de Educação Ambiental. Em 2012, foram ministrados 33 cursos abordando questões ambientais, totalizando a conscientização de 863 colaboradores. Em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, foi realizado o workshop Energia Sustentável para Todos, que contou com a participação de mais de 80 colaboradores e seus filhos.

Seguindo as orientações definidas no Plano de Redução, Reutilização, Reciclagem e Valorização Energética de Resíduos da Gas Natural Fenosa (Projeto PRE3VER), e em conformidade com a NT.0001.GN-DG, foram definidos os critérios, diretrizes, objetivos e as estratégias para minimização dos resíduos e sua gestão, a nível corporativo.

Com o desenvolvimento destas atividades a empresa se prepara para o próximo desafio ambiental: a certificação do Sistema Integrado de Gestão.

Segurança

O destaque do ano foi a certificação da Ceg Rio pela empresa Certificadora AENOR, na OHSAS 18.001 (Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho).

A Companhia também participou do Fórum de Prevenção de Acidentes das Distribuidoras de Gás Natural 2012. Neste fórum, importantes distribuidoras de gás natural do Brasil apresentaram seus trabalhos. A GNF Brasil participou do módulo "Formação e Capacitação", com as empresas distribuidoras de gás natural Comgás, Bahiagás e Sulgás.

O ponto alto do 5º bloco de palestras e debates do Fórum foi o Simulador de Trabalho em Espaço Confinado. O tema, que gerou grande repercussão entre os participantes, foi utilizado pelas empresas da Gas Natural Fenosa no Brasil na formação prática dos colaboradores, nos requisitos de segurança para este tipo de trabalho.

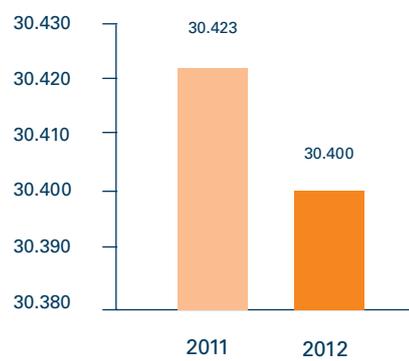
A Unidade de Gestão de Rede, representando a Ceg Rio, promoveu a palestra "Formação e Capacitação de Segurança nas Operações com Gás Natural".



Recursos Investidos

8

A Ceg Rio investiu em 2012 um total de R\$ 30.400,00, sendo a maior parte deste valor – R\$ 20.011,00 – aplicada em novas redes de gás.



9

Sumário Financeiro

Receita Líquida

A Companhia manteve um forte ritmo de crescimento, como apontam os índices do sumário financeiro. O lucro líquido do exercício de 2012 chegou a R\$ 110.358,00, valor 22,52% maior do que o do ano anterior. Esse resultado foi reflexo principalmente do despacho para as térmicas, em consequência da redução do nível dos reservatórios de água, o que ampliou muito a demanda para esse segmento.

Lucro Bruto

O lucro bruto da Ceg Rio em 2012 foi de R\$ 218.799,00, superando em 15,75% os resultados obtidos em 2011, ou seja, R\$ 29.768,00 superior ao apresentado no ano anterior, o que representa uma margem bruta de 14,34%.

Resultado Financeiro

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2012 foi de redução da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento da crise europeia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzir a taxa Selic em seguidos cortes, passando a taxa de 11% para 7,25%, em dezembro de 2012.

Com base no ano anterior, a variação do resultado financeiro do ano de 2012 em relação a 2011 foi motivada pela redução de encargos sobre dívida bancária gerada principalmente pelo menor volume de dívida em 2012.

O endividamento financeiro da empresa, que era de 20,1%, em 2011, caiu para 16,4%, em 2012.

	2012	2011	Varição(%)	Varição (R\$)
Resultado financeiro	-1.232	-1.401	169	12,06

Lucro Operacional

O lucro operacional em 2012 foi de R\$ 163.480,00, valor R\$ 30.622,00 superior ao do ano anterior, ou seja, 23,05 pontos percentuais acima do lucro operacional obtido em 2011.

Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 110.358,00, apresentando um aumento de R\$ 20.284,00 frente ao ano de 2011, o que representa um aumento percentual de 22,52%.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2012	2011	Variação (R\$)	Variação (%)
Receita líquida das vendas e serviços	1.526.133	1.055.126	471.007	44,64%
Lucro bruto	218.799	189.031	29.768	15,75%
Lajida (Ebitda)	179.810	149.237	30.573	20,49%
Lucro operacional	163.480	132.858	30.622	23,05%
Lucro líquido do exercício	110.358	90.074	20.284	22,52%

Lajida (Ebitda)

A Comissão de Valores Mobiliários editou, em 04/10/2012, a Instrução Normativa 527/2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM, inclusive os valores relativos a 2011, possibilitando a correta comparação do dado entre os exercícios de 2011 e 2012.

O Lajida de R\$ 179.810,00 registrado em 2012 representou um acréscimo de 20,49% em comparação com o ano anterior.

Este aumento é resultado da redução de custos operativos, aumento da margem do gás, e demonstra o comportamento favorável que apresentam os negócios da Companhia, o qual se reflete na manutenção do crescimento médio anual do Lajida da Ceg Rio em torno dos 23,41% nos últimos seis anos.

LAJIDA	2012	2011	Variação (R\$)	Variação (%)
Lajida (R\$ mil)	179.810	149.237	30.573	20,49%
Lucro líquido do exercício	110.358	90.074	20.284	22,52%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	51.890	41.383	10.507	25,39%
Resultado Financeiro	1.232	1.401	-169	-12,06%
Depreciação e amortização	16.330	16.379	-49	-0,30%

10

Remuneração aos acionistas

Em 11 de dezembro de 2012 foi aprovado, na Assembleia Geral de Acionistas, o pagamento dos juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 11.043,00, a serem pagos em julho de 2013.

Dividendos complementares ao mínimo obrigatório, no valor de R\$ 16.508,00 foram registrados de forma a atender o disposto no Estatuto da Companhia, o qual estabelece uma distribuição mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 82.653,00, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada no mês de abril de 2013, que deliberará sua retenção ou sua distribuição aos acionistas.

Somados, os valores acima representam 100% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável.

Em 2012, a Ceg Rio manteve sua estrutura de financiamentos para realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Foi apresentado projeto de financiamento ao BNDES, referente aos investimentos para os anos de 2010, 2011 e 2012. Esse financiamento é destinado à expansão e saturação comercial em municípios fora da região metropolitana do Rio de Janeiro, perfazendo um total de R\$ 80 milhões. O empréstimo foi aprovado nas seguintes condições: montante de R\$ 51 milhões (correspondente a 64 % dos investimentos apresentados); prazo total de 90 meses; e custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

De acordo com o planejado, os desembolsos desse contrato estarão sendo realizados até 2013, sendo que o primeiro ocorreu no 1º trimestre de 2011, contribuindo para o equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia, ao longo desse período.

A política de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais tem colaborado para que a Ceg Rio mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Para 2013, a Companhia vai continuar na busca das melhores condições de financiamento.

12

Acionistas

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da Ceg Rio estava representado por 1.995.022.644 ações (665.007.548 ordinárias e 1.330.015.096 preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Capital Social (%)	Quantidade de Ações (%)	
		Capital Votante (Ordinárias)	Preferenciais
Gas Natural (grupo)	59,60	70,46	54,20
Gas Natural Internacional SDG	37,33	51,00	30,50
Gas Natural SDG	22,27	19,46	23,70
Pluspetrol Energy S.A.	3,00	3,35	2,80
Gaspetro	37,41	26,19	43,00

Neste ano, em atendimento à Instrução Normativa da Receita Federal, foi implementado o Sistema Público de Escrituração Digital Contribuição para o PIS/COFINS – SPED EFD PIS/COFINS.

Ao longo do ano, a Companhia buscou a implantação de programas operacionais, com objetivo de aumentar a eficiência e a confiabilidade na apuração dos tributos.

A Ceg Rio busca constantemente a eficiência fiscal, de forma a garantir as boas práticas tributárias e a correta aplicação da legislação, principalmente no segmento de combustível.

O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos, com base na gestão fiscal adotada.

	2012	2011	Variação %
COFINS	13,3	12,30	7,52%
PIS	2,88	2,67	7,29%
IRPJ	34,76	30,14	13,29%
CSLL	18,82	13,11	30,34%
IOF	0,32	0,16	50,00%
AGENERSA	6,84	5,10	25,44%
ICMS	26,74	22,47	15,97%
IPVA	0,02	0,01	50,00%
IPTU	0,002	0,002	0,00%
ISS	0,01	0,01	0,00%
Total (MBRL)	103,69	85,97	17,09%

14

Relacionamento com a Sociedade

Em 2012, a Ceg Rio patrocinou 13 projetos sociais e culturais. São iniciativas alinhadas com os pilares que norteiam a estratégia da empresa, principalmente, na educação e na cultura.

Na Região Serrana, participou do Festival de Artes Teresópolis, uma mostra de cultura e educação, que aconteceu pela primeira vez na cidade. Foram workshops de “contação” de histórias e brinquedos de sucata, palestras com filósofos e antropólogos, e shows, durante uma semana de programação.

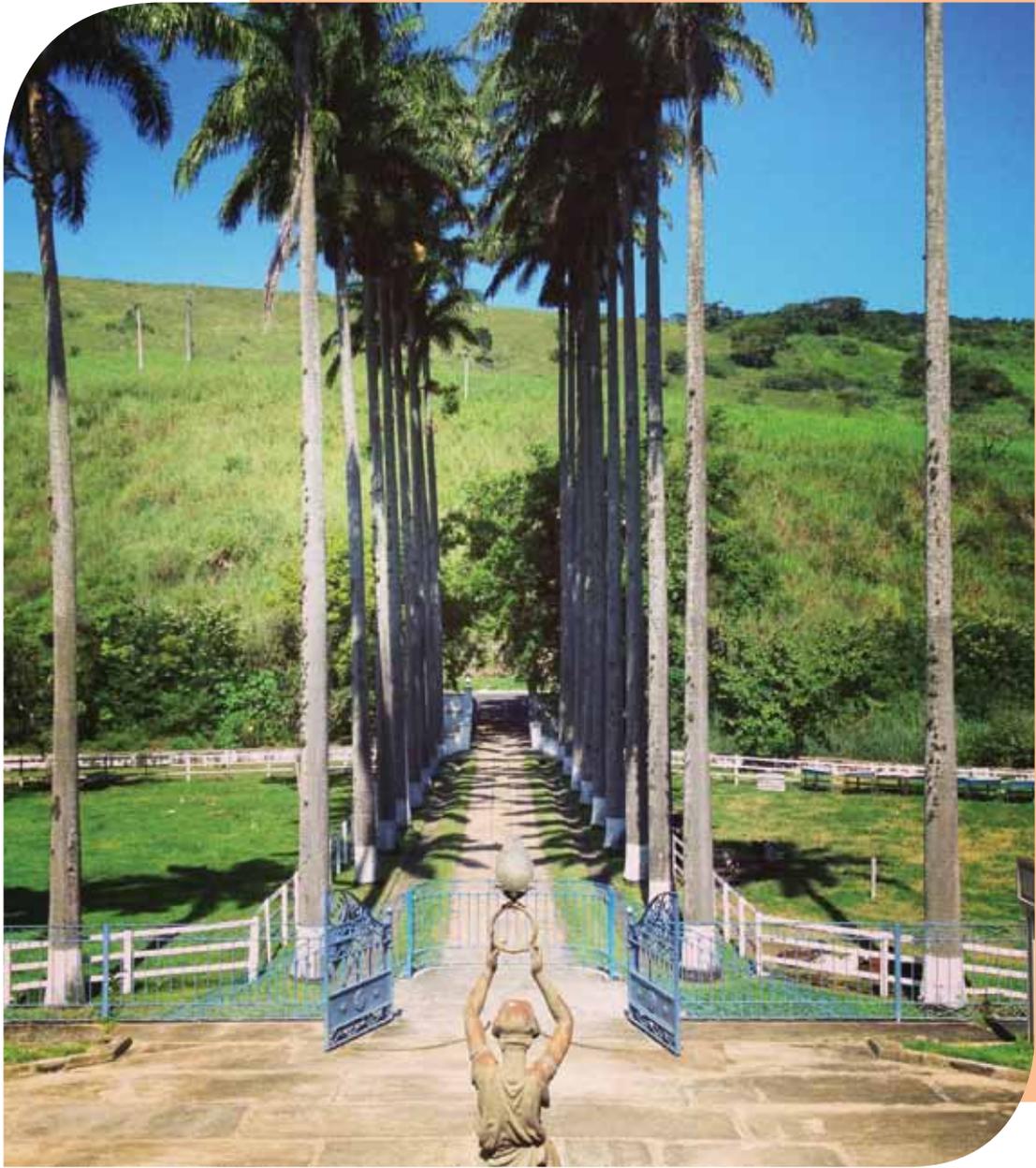
A empresa também foi uma das apoiadoras do Festival Vale do Café – cuja programação teve apresentações de música, além de eventos ligados à história e ao meio ambiente – e do Pirai Fest, que reuniu shows e exposições ligadas à cultura gastronômica da Região de Pirai.

No cenário cultural, a Ceg Rio contribuiu para a publicação dos livros *Black Faces* e “Jardins do Rio”, este último uma coletânea de fotos e história dos principais e mais belos jardins da cidade do Rio de Janeiro. No segmento de gastronomia, a empresa participou do Rio Gastronomia 2012.

Atenta às iniciativas da sociedade nas áreas onde atua, a Ceg Rio esteve presente ainda em dois importantes eventos: 9ª Edição Gas Summit e 3º Congresso Fluminense de Municípios.

Em parceria com a Unilassale – instituição de ensino superior localizada em Niterói – o Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil desenvolveu o Projeto Jovens na Cozinha. Trata-se de um programa de geração de emprego e renda totalmente alinhado às necessidades do mercado, que demanda de forma crescente por profissionais especializados em gestão de cozinha internacional e que poderão trabalhar no ramo da hotelaria ou gastronomia.

A formação em cozinheiro internacional selecionou jovens entre 17 e 25 anos com renda familiar de até três salários-mínimos. O Projeto Jovens na Cozinha faz parte do programa “Dia Solidário”, criado e mantido pelos colaboradores do Grupo para financiar projetos sociais.





Demonstrações financeiras

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro – CEG RIO**

**Demonstrações contábeis de acordo com as práticas
contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2012**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

CEG Rio S.A.

xaminamos as demonstrações financeiras da CEG Rio S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

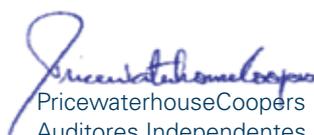
Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEG Rio S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/0-5 "F" RJ


Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC IRJ018568/0-7

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2012	2011
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	47.458	53.879
Contas a receber de clientes (Nota 7)	185.037	88.918
Tributos a recuperar (Nota 8)	10.175	6.474
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10)	1.419	2.547
Adiantamentos a fornecedores	410	522
Estoques	353	491
Despesas antecipadas	36	40
Demais contas a receber	11	36
	244.899	152.907
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar (Nota 8)	5.714	3.479
Créditos restituíveis (Nota 21)	10.919	46.079
Depósitos judiciais	1.041	919
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	10.172	14.427
Outros realizáveis a longo prazo	123	158
	27.969	65.062
Intangível (Nota 11)	295.112	278.207
Diferido (Nota 12)	18.709	23.990
	341.790	367.259
Total do ativo	586.689	520.166

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Circulante		
Fornecedores (Nota 13)	186.257	97.025
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	19.461	19.806
Tributos a recolher (Nota 15)	25.837	25.008
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 10)	1.202	1.065
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 16(b))	27.551	22.134
Demais contas e despesas a pagar	2.719	1.677
	263.027	166.715
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	34.264	45.177
Provisão para contingências (Nota 17)	3.241	3.517
Débitos restituíveis (Nota 21)	10.919	46.079
Recebimentos antecipados (Nota 19)	379	224
	48.803	94.997
Total do passivo	311.830	261.712
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	95.981	95.212
Reserva de capital	90	90
Reservas de lucros	178.788	163.152
Total do patrimônio líquido	274.859	258.454
Total do passivo e patrimônio líquido	586.689	520.166

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Receita líquida (Nota 20)		
Venda de gás	1.526.133	1.017.771
Contratos de construção	27.412	27.238
Outras receitas (Nota 18.3)	11.909	10.117
	1.565.454	1.055.126
Custos e despesas operacionais		
Compra de gás e de serviços	(1.319.243)	(838.857)
Custo dos contratos de construção	(27.412)	(27.238)
Pessoal	(3.907)	(3.676)
Utilidades, materiais e serviços	(2.145)	(2.060)
Serviços administrativos e outros gastos gerais (Nota 26)	(31.535)	(32.418)
Depreciação e amortização	(16.330)	(16.379)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 24)	(1.402)	(1.640)
	(1.401.974)	(922.268)
Lucro operacional	163.480	132.858
Resultado financeiro (Nota 25)		
Receitas financeiras	3.951	4.304
Despesas financeiras	(5.183)	(5.705)
	(1.232)	(1.401)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	162.248	131.457
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15 (b))		
Do exercício (Nota 15 (b))	(48.367)	(39.871)
Diferidos (Nota 9 (b))	(3.523)	(1.512)
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	110.358	90.074
Quantidade média ponderada de ações em circulação (em milhares)	1.995.023	1.995.023
Lucro básico e diluído por lote de mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	55,32	45,15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reserva de capital - incentivos fiscais		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social		Expansão	Legal	Dividendo adicional proposto		
Em 31 de dezembro de 2010	87.520	90	85.400	17.504	35.788		226.302
Aumento de capital	7.692		(7.692)				
Distribuição dividendo adicional proposto de 2010					(35.788)		(35.788)
Lucro líquido do exercício						90.074	90.074
Destinação do lucro							
Reserva legal				1.538		(1.538)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 5,73 por lote de mil ações)						(11.431)	(11.431)
Dividendos propostos (R\$ 5,36 por lote de mil ações)						(10.703)	(10.703)
Dividendo adicional proposto (R\$ 33,28 por lote de mil ações)					66.402	(66.402)	
Em 31 de dezembro de 2011	95.212	90	77.708	19.042	66.402		258.454
Aumento de capital	769		(769)				
Distribuição dividendo adicional proposto de 2011					(66.402)		(66.402)
Lucro líquido do exercício						110.358	110.358
Destinação do lucro							
Reserva legal				154		(154)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 5,53 por lote de mil ações)						(11.043)	(11.043)
Dividendos propostos (R\$ 8,27 por lote de mil ações)						(16.508)	(16.508)
Dividendo adicional proposto (R\$ 41,43 por lote de mil ações)					82.653	(82.653)	
			76.939	19.196	82.653		
Em 31 de dezembro de 2012	95.981	90		178.788			274.859

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	162.248	131.457
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	16.330	16.379
Resultado na baixa do intangível		(32)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	4.425	6.959
	183.003	154.763
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(96.119)	6.322
Estoques	138	(68)
Tributos a recuperar e diferidos	49.175	45.607
Outros ativos	54	(255)
Fornecedores	89.232	(8.518)
Obrigações trabalhistas		4
Tributos a pagar	(51.061)	(41.454)
Partes relacionadas	1.265	35
Outros passivos	1.197	451
	(6.119)	2.124
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	176.884	156.887
Imposto de renda e da contribuição social pagos	(50.856)	(43.249)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pago	(1.715)	(1.576)
Juros pagos sobre empréstimos	(5.856)	(6.961)
	(58.427)	(51.786)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	118.457	105.101
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários		23
Aquisições do ativo intangível	(27.954)	(30.622)
Venda de ativo intangível		42
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(27.954)	(30.557)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(37.415)	(19.408)
Ingressos de empréstimos	27.312	5.968
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(86.821)	(50.118)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(96.924)	(63.558)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.421)	10.986
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	53.879	42.893
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	47.458	53.879
Transações que não afetam caixa Créditos/Débitos restituíveis (Nota 21)	35.160	17.341

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

A CEG RIO S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão (Nota 18.2), operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes.

A concessão obtida junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, tem o prazo de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a CEG RIO deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de março de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos .

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" ou "*impairment*", considerando os critérios descritos na Nota 2.3.4. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.5 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.6 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos.

2.7 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 11).

2.8 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 12).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto eventual ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2012 em decorrência dessa avaliação.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabi-

lidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Benefícios a empregados

(i) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

(ii) Planos de contribuição definida

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de

renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.15 Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

(e) Resultado abrangente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não auferiu resultado abrangente.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 7). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 143.117,00 (2011 - R\$ 46.695,00).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impairment* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional de R\$ 10.972,00 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 11.728,00 em 31 de dezembro de 2011).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2012, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira. A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía empréstimos em moeda estrangeira.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2012, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$ 91 (2011 - R\$ 111), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado - instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às - contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 7 são divulgados os ativos de que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012			
Empréstimos e financiamentos	20.335	22.227	19.182
Fornecedores e outras obrigações	186.257		
Em 31 de dezembro de 2011			
Empréstimos e financiamentos	20.883	20.637	37.237
Fornecedores e outras obrigações	97.025		

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim sumariados:

	2012	2011
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	53.725	64.983
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(47.458)	(53.879)
Dívida líquida	6.267	11.104
Total do patrimônio líquido	274.859	258.454
Total do capital próprio e de terceiros	281.126	269.558
Índice de alavancagem financeira - %	2	4

A redução no índice de alavancagem financeira em 2012 foi decorrente, principalmente, da geração de caixa da Companhia, o que permitiu liquidação de empréstimos e financiamentos com vencimento no ano de 2012. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (, esteja próxima de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Empréstimos e recebíveis	
31 de dezembro de 2012	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes	186.456
Caixa e equivalentes de caixa	47.458
Depósitos Judiciais	1.041
	234.955

Outros passivos financeiros	
31 de dezembro de 2012	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	53.725
Fornecedores	186.257
	239.982

Empréstimos e recebíveis	
31 de dezembro de 2011	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes	91.465
Caixa e equivalentes de caixa	53.879
Depósitos judiciais	919
	146.263

Outros passivos financeiros	
31 de dezembro de 2011	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	64.983
Fornecedores	97.025
	162.008

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	25.165	13.513
Aplicação de liquidez imediata - CDB (i)	22.293	40.366
	47.458	53.879

- (i) Referem-se às aplicações em CDB – Certificado de depósito bancário em instituições financeiras de primeira linha, remunerados à taxa média de 101,11 % do CDI – certificado de depósito interbancário, (2011 - 101% do CDI) podendo ser resgatados a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

7 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	2012	2011
Consumidores de gás e serviços		
Faturado	91.667	91.011
Não faturado	143.117	46.695
	234.784	137.706
Vendas de equipamentos	1.160	1.168
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(50.907)	(49.956)
Contas a receber de clientes, líquidas	185.037	88.918

Em 31 de dezembro de 2012, o volume de gás despachado para as térmicas aumentou como consequência das altas temperaturas combinada com o baixo nível dos reservatórios de água.

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor justo.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2012	2011
A vencer	174.065	77.190
Vencidas		
Até três meses	10.341	11.975
De três a seis meses	631	1.403
Acima de seis meses	50.907	48.306
	235.944	138.874

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes do segmento industrial, clientes esses de longa data da Companhia, que acumularam uma dívida histórica de R\$ 7.388,00, R\$ 15.302 e R\$ 25.125,00 respectivamente (R\$ 7.388,00, R\$ 15.302,00 e R\$ 23.940,00 em 31 de dezembro de 2011). Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, foi assinado um compromisso final de quitação parcelada de todos os valores vencidos através de acordos finais concluídos em dezembro de 2005 e janeiro de 2006, respectivamente. O fornecimento de gás ficou condicionado ao estrito cumprimento das cláusulas dos citados acordos, que previam o pagamento antecipado. Os acordos finais também não foram cumpridos, resultando no corte do fornecimento de gás através de decisões judiciais e consequentes execuções desses acordos que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás - PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final provável a CEG Rio. Por isso a administração optou por manter o valor provisionado.

As movimentações na provisão para de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2012	2011
Em 1º de janeiro	49.956	45.184
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	4.174	5.931
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(3.223)	(1.159)
Em 31 de dezembro	50.907	49.956

Os créditos vencidos há mais de seis meses são objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso com 10 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$ 5 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A Companhia possui uma carteira de 33.333 clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração e, exceto pelos créditos em atraso dos 3 clientes industriais mencionados acima, não há concentração significativa nos seus demais clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrado acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

8 Tributos a recuperar

	2012	2011
Contribuição social (a)	6.012	2.585
ICMS a recuperar (b)	9.062	6.539
Demais tributos (c)	815	829
	15.889	9.953
Circulante	(10.175)	(6.474)
Não circulante	5.714	3.479

(a) Refere-se a antecipações mensais da contribuição social.

(b) Refere-se, principalmente, a créditos de ICMS sobre patrocínio cultural com incentivo fiscal.

(c) Refere-se, substancialmente, a impostos retidos na fonte a recuperar.

9 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	10.161	13.684
PIS e COFINS diferidos	11	743
Não circulante	10.172	14.427

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os seguintes eventos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.802	6.567
Provisão para contingências	1.185	1.274
Fornecedor governo	1.002	782
Mudança de prática - novos CPC's (*)	(217)	3.655
Outras adições e exclusões	33	62
Ativo Diferido	1.356	1.344
Não circulante	10.161	13.684

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	2012	2011
Ativo regulatório (Nota 23)		3.858
Receita de ajuste a valor presente	(217)	(203)
	(217)	3.655

(b) Movimentação

	IR e CS diferidos sobre:						
	Provisão para créditos de liquidações duvidosas	Provisão para contingências	Fornecedor governo	Mudança de práticas	Outras adições exclusões	Ativo diferido	Total
Em 31 de dezembro de 2011	6.567	1.274	782	3.655	62	1.344	13.684
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	235	(89)	220	(3.872)	(29)	12	(3.523)
Em 31 de dezembro de 2012	6.802	1.185	1.002	(217)	33	1.356	10.161

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
2012		3.481
2013	1.232	4.268
2014	2.032	1.964
2015	2.032	1.964
2016	2.032	1.964
2017	2.032	393
2018	406	393
2019	406	
	10.172	14.427

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10 Contas de partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	1.419	1.196	11.559	24.195
Gás Natural do Brasil S.A.				94
Gás Natural SDG S.A.		6		
Em 31 de dezembro de 2012	1.419	1.202	11.559	24.289
Em 31 de dezembro de 2011	2.547	1.065	9.618	17.744

Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia e a aplicação da realocação de volumes - MRV (Nota 18.3).

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Salários e encargos	480	463
Honorários dos administradores	3.275	3.099
Participação nos lucros	106	97
	3.861	3.659

11 Intangível

	Servidões de Passagem (a)	Software (b)	Contrato de concessão	Total
Em 1º de janeiro de 2011	166	827	257.561	258.554
Aquisição		127	30.493	30.620
Baixas líquidas			(10)	(10)
Amortização	(19)	(238)	(10.700)	(10.957)
Em 31 de dezembro de 2011	147	716	277.344	278.207
Custo total	281	1.472	342.479	344.232
Amortização acumulada	(134)	(756)	(65.135)	(66.025)
Valor residual	147	716	277.344	278.207
Em 1º de janeiro de 2012	147	716	277.344	278.207
Aquisição		5	27.949	27.954
Baixas líquidas				
Amortização	(18)	(244)	(10.787)	(11.049)
Em 31 de dezembro de 2012	129	477	294.506	295.112
Custo total	281	1.477	370.428	372.186
Amortização acumulada	(152)	(1.000)	(75.922)	(77.074)
Valor residual	129	477	294.506	295.112
Taxas anuais de amortização - %	6,7	20	Diversas	

- (a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.
- (b) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Contratos de concessão										
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total em operação	Obras em andamento (c)	Total
Em 1º de janeiro de 2011	2.459	9.139	275	116	399	226.784	419	239.591	17.970	257.561
Aquisição		986	23	9	231	909	112	2.270	28.223	30.493
Baixa líquida de depreciação					(10)			(10)		(10)
Transferência líquida		179				10.590		10.769	(10.769)	
Depreciação		(1.273)	(121)	(23)	(131)	(8.934)	(218)	(10.700)		(10.700)
Em 31 de dezembro de 2011	2.459	9.031	177	102	489	229.349	313	241.920	35.424	277.344
Custo total	2.459	15.103	694	240	1.156	286.405	998	307.055	35.424	342.479
Depreciação acumulada		(6.072)	(517)	(138)	(667)	(57.056)	(685)	(65.135)		(65.135)
Valor residual	2.459	9.031	177	102	489	229.349	313	241.920	35.424	277.344
Em 1º de janeiro de 2012	2.459	9.031	177	102	489	229.349	313	241.920	35.424	277.344
Aquisição		472	30	6	246	493		1.247	26.702	27.949
Baixa líquida de depreciação										
Transferência líquida		(1.238)	(98)	(24)	(164)	(9.089)	(174)	(10.787)	(33.328)	(10.787)
Depreciação										
Em 31 de dezembro de 2012	2.459	8.265	109	84	571	254.081	139	265.708	28.798	294.506
Custo total	2.459	15.575	724	246	1.402	320.226	998	341.630	28.798	370.428
Depreciação acumulada		(7.310)	(615)	(162)	(831)	(66.145)	(859)	(75.922)		(75.922)
Valor residual	2.459	8.265	109	84	571	254.081	139	265.708	28.798	294.506
Taxas anuais de depreciação - %		10	5	10	5	3,3 e 5,0	Diversas			

(c) Obras em andamento refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 1.477,00 (R\$ 2.120,00 em 31 de dezembro de 2011) à taxa média de 9,14% (12,57% em 31 de dezembro de 2011).

Existem, na Companhia, bens do intangível que embora totalmente amortizados, ainda encontram-se em uso. Estes perfazem o total de R\$ 4.002,00 (R\$ 2.584,00 em 31 de dezembro de 2011).

12 Diferido

	Captação e transformação	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2011	29.390	22	29.412
Amortização	(5.411)	(11)	(5.422)
Em 31 de dezembro de 2011	23.979	11	23.990
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(30.311)	(100)	(30.411)
Valor residual	23.979	11	23.990
Em 1º de janeiro de 2012	23.979	11	23.990
Amortização	(5.271)	(10)	(5.281)
Em 31 de dezembro de 2012	18.708	1	18.709
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(35.582)	(110)	(35.692)
Valor residual	18.708	1	18.709
Taxas anuais de amortização - %	10	10	

Os gastos com o projeto de captação de clientes referem-se à adequação e construção das instalações de gás a partir do medidor, de propriedade do cliente, a fim de deixá-las aptas ao uso de gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalação Predial (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pode ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

13 Fornecedores

	2012	2011
De gás	176.029	87.540
De materiais	3.944	3.711
De serviços	6.284	5.774
	186.257	97.025

Em 31 de dezembro de 2012, a variação deve-se ao aumento do consumo de gás pela indústria termelétrica (Nota 7).

14 Empréstimos e financiamentos

	2012	2011
Financiamentos	36.677	38.688
Linhas de crédito	17.048	26.295
	53.725	64.983
Circulante	(19.461)	(19.806)
Não circulante - Exigível a longo prazo	34.264	45.177

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. A Companhia terminou o ano com um custo médio de 91,1% do CDI (91,1% em 2011).

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	%		2012		2011	
	Fn (*)	Lc (*)	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Em moeda nacional						
Banco Bradesco S.A.		100	9.048	8.000	10.295	16.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	100		10.413	26.264	9.511	29.177
			19.461	34.264	19.806	45.177

(*) Fn – Financiamento, Lc – Linha de crédito

As linhas de créditos em moeda nacional têm encargos de 108% da variação do CDI (108% em 31 de dezembro de 2011). A Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos.

As operações de financiamentos referem-se a:

- (i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás, mais especificadamente a gaseificação dos municípios de Paraíba do Sul e Três Rios, além do avanço em zona já consolidada, Norte Fluminense e Sul Fluminense. Esse financiamento possui vencimento final em 2014 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 0,6% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.
- (i) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificadamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.
- (ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificadamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento em 2018 e possui, como garantia, fiança bancária cuja contratação será por desembolso. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são os seguintes:

	2012	2011
2013		17.713
2014	19.700	18.262
2015	7.481	6.018
2016	2.656	1.194
2017	2.656	1.194
2018	1.771	796
	34.264	45.177

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 5.000 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

15 Tributos a recolher

(a) Composição do saldo

	2012	2011
Imposto de renda a pagar, líquido das antecipações	20.034	19.695
ICMS a pagar	2.347	2.314
Taxa Agência Reguladora	983	526
Outros	2.473	2.473
	25.837	25.008

(b) As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão reconciliadas, às alíquotas nominais, como segue:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	162.248	162.248	131.457	131.457
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(40.562)	(14.602)	(32.864)	(11.831)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Juros sobre o capital próprio	2.761	994	2.858	1.029
Incentivos fiscais	24		24	
Adições permanentes	(371)	(134)	(440)	(159)
	(38.148)	(13.742)	(30.422)	(10.961)
Despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração de resultado:				
Do exercício	(35.559)	(12.808)	(29.313)	(10.558)
Diferidos	(2.589)	(934)	(1.109)	(403)
	(38.148)	(13.742)	(30.422)	(10.961)
Alíquota efetiva	24%	8%	23%	8%

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias puderam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT tem vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2012 e 2011, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social está representado por 1.995.023 mil ações, sendo 665.008 mil ordinárias e 1.330.015 mil preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Residentes no exterior:		
Gas Natural, SDG S.A.	129.422	314.851
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	22.257	37.594
Gas Natural Internacional, SDG S.A.	339.154	405.494
Residentes no país:		
Gaspetro - Petrobras Gás S.A.	174.175	572.076
	665.008	1.330.015

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de abril de 2012 e 29 de abril de 2011, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 769 e R\$ 7.692,00, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

(b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2012	2011
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos	110.358	90.074
Constituição da reserva legal	(154)	(1.538)
Base de cálculo dos dividendos	110.204	88.536
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	27.551	22.134
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	11.043	11.431
Dividendos - parcela do mínimo obrigatório	16.508	10.703
Destinação a aprovar	82.653	66.402
	110.204	88.536
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	100,00	100,00

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2012 aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, que em 2011 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro. O imposto de renda de fonte assumido pela Companhia, no montante de R\$ 1.656,00 (R\$ 1.715,00 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011), foi reconhecido como despesa diretamente no resultado do exercício.

Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2012 aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 66.402,00, representado por R\$ 33,28 por lote de mil ações do capital social.

A Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011 aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 35.788,00, representado por R\$ 17,94 por lote de mil ações do capital social.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com a transferência de parte dos lucros para a reserva legal, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembleia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital social, ou na distribuição de dividendos. A administração irá propor a capitalização do excedente, de modo a cumprir o disposto na legislação societária brasileira.

(d) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Até o ano de 2010, a Companhia constituiu reserva de expansão com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Nos anos 2011 e 2012, foram investidos cerca de R\$ 30,4 milhões, basicamente em projetos de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, não foi constituída reserva de expansão em 31 de dezembro de 2012.

17 Contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2012	2011
Cíveis	1.827	1.981
Tributárias	1.164	1.161
Trabalhistas	250	375
	3.241	3.517

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.517
Adições	1.822
Baixas	(2.505)
Atualizações monetárias	407
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.241

A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

	2012			2011		
	Provisões	Depósitos	Líquido	Provisões	Depósitos	Líquido
Cíveis	1.827		1.827	1.981		1.981
Tributárias	1.372	208	1.164	1.356	195	1.161
Trabalhistas	286	36	250	411	36	375
	3.485	244	3.241	3.748	231	3.517

As contingências tributárias referem-se principalmente a compensação indevida de ICMS antes do pagamento do imposto. A Companhia interpôs uma ação anulatória para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e anular respectivo ato declaratório de débito fiscal, considerando que a empresa já havia recolhido a integralidade dos valores exigidos a título de diferencial de alíquotas dos bens adquiridos de outro Estado.

As contingências cíveis referem-se principalmente aos processos interpostos para anular as multas aplicadas pela Agência Reguladora e processos de baixa complexidade de reclamações de consumidores.

Existem outros processos na esfera estadual e federal que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 29.731,00 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 16.680,00 em 31 de dezembro de 2011) e referem-se, principalmente, aos seguintes processos:

- Em 19 de outubro de 2009, a Companhia foi notificada da decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária no Rio de Janeiro, que homologou parcialmente as compensações procedidas pela Companhia, reconhecendo, tão somente, os valores de R\$ 1.471,00 e não os R\$ 4.943,00 resultantes de crédito de saldo negativo da CSLL do ano-calendário de 2005, exercício de 2006, informados por meio do PERDCOMP, utilizados para o pagamento de débitos próprios de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 seria de R\$ 9.056,00 (R\$ 8.716 em 31 de dezembro de 2011).
- Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu uma Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular - GNV de 13% para 200%, e da Lei nº 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito, razão pela qual não foi constituída provisão. O montante em questão é de R\$ 13.634.

Adicionalmente a Companhia possui um montante de R\$ 449 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 339 em 31 de dezembro de 2011) referente a contingências trabalhistas classificadas como chance de êxito possível também não provisionadas.

18 Compromissos

18.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional, assinado em 18 de julho de 2008.

Em 9 de setembro de 2011 foi celebrado o termo aditivo nº 5 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até dezembro de 2016; (ii) redução das quantidades diárias contratuais - QDC's para o período de prorrogação; (iii) extinção da modalidade Firme-Flexível.

Em 31 de agosto de 2012 foi celebrado o termo aditivo nº 6 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019 e (ii) possibilidade de desconstrução parcial das quantidades diárias contratuais - QDC's a partir de 2017.

Este contrato garante o fornecimento de 2.40 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC) para o período de janeiro a dezembro de 2012, e de 2.43 milhões de metros cúbicos por dia, a partir de janeiro de 2013, findando em dezembro de 2019, com a garantia de fornecimento deste volume (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG RIO se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 82% da QDC - compromisso Take or Pay para o ano de 2012 e 80% para o período de 2013 a 2019. Os valores pagos a título de Take or Pay poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação.

Desta forma, a Companhia melhorou a relação entre suas vendas e o compromisso de *Take or Pay*, adequando o CONTRATO ao seu atual nível de vendas, bem como o previsto para os próximos anos de sua vigência.

Não houve pagamentos de *Take or Pay* para o mercado convencional nos anos de 2012 e 2011.

18.2 Compromisso com poder concedente

Em julho de 2004 e agosto de 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG RIO assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a Concessionária obrigou-se a atender aos compromissos de expansão do serviço de gás canalizado devendo implantar, na sua área de concessão, novas redes de distribuição de gás canalizado através da construção de ramais de distribuição, com capacidade para atender à demanda dos municípios de Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios, Itatiaia, Teresópolis, Nova Friburgo, Cachoeira de Macacu, Angra dos Reis e Saquarema.

Os quatro primeiros municípios acima citados já estão sendo atendidos com rede de gás canalizado, tendo em vista o cumprimento dos compromissos assumidos em 2004 e 2005.

Em agosto de 2008, no curso da Segunda Revisão Tarifária que foi concluída ao longo de 2009, o Poder Concedente concordou com a revisão que foi apresentada no Plano de Investimentos da Companhia, autorizando o atendimento dos demais municípios por meio do fornecimento de Gás Natural Comprimido - GNC, e concedendo novo prazo – com exceção do município de Itatiaia, mantido o compromisso de atendimento por rede de gás natural canalizado, e com prazo em 2010.

Dessa forma, o município de Itatiaia está sendo atendido com rede de gás canalizado em cumprimento ao novo prazo do compromisso e os municípios de Teresópolis e Nova Friburgo são atendidos com Gás Natural Comprimido - GNC.

Quanto aos Municípios de Cachoeira de Macacu, Angra dos Reis e Saquarema está sendo analisada a proposta de investimentos do próximo quinquênio, dentro do processo de revisão tarifária iniciado no último semestre de 2012.

18.3 Realocação de volumes

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, em 13 de janeiro de 2011 autorizou, por meio da Deliberação nº672, as concessionárias CEG e CEG RIO a utilizarem o Mecanismo de Realocação de Valores (MRV) para os excedentes dos volumes adquiridos de Curto Prazo de uma concessionária para outra.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, como previsto no ofício SEDEIS de 12 de janeiro de 2011, determinou que os excedentes de curto prazo fossem alocados, respectivamente e nessa ordem, para o setor de vidros planos, setor de matéria prima e para o GNV. Para os dois primeiros setores, o excedente de curto prazo alocado não poderá ultrapassar 50% do seu consumo mensal, enquanto que para o GNV será alocado o excedente que por ventura sobrar após o atendimento dos setores de vidro plano e de matéria prima.

Desta forma, a Companhia vem aplicando o MRV para os excedentes de curto prazo, visando à mitigação de riscos na aquisição de volumes de gás natural na modalidade de Leilão de Curto Prazo, pois as vendas de longo prazo podem ser inferiores ao volume estimado no momento da contratação da compra de curto prazo.

Durante o exercício de 2012 a Companhia realizou a transferência de 17,2 mil metros cúbicos referentes a volumes excedentes de curto prazo, gerando uma receita bruta de R\$ 14.679,00 (R\$ 12.214,00 em 31 de dezembro de 2011) com valores líquidos de deduções de venda de R\$ 11.559,00 (R\$ 9.618,00 em 31 de dezembro de 2011).

19 Recebimentos antecipados

Representado pelo pagamento antecipado para possibilitar a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental do projeto para atendimento à termelétrica UTE Resende, decorrente do contrato de prestação do serviço de distribuição de gás celebrado entre CEG RIO e Ômega Engenharia e Assessoria Ltda.

Este pagamento foi reconhecido no passivo já que representa antecipação de consumos futuros.

20 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2012	2011
Vendas brutas de produtos, serviços e contratos de construção	1.748.002	1.234.159
Deduções da receita bruta	(182.548)	(179.033)
Receita líquida	1.565.454	1.055.126

21 Débitos restituíveis - compromisso de "Take or Pay" no contrato com termelétricas

A CEG RIO possui um contrato de fornecimento de gás firme, assinado com a UTE Norte Fluminense, a qual pertence ao Grupo EDF (90%) e a PETROBRAS (10%). Este contrato prevê, além de outros compromissos, um compromisso (mensal e anual) de consumo, denominado "Take or Pay", no qual são estabelecidas metas mínimas a serem atingidas (56% e 70% da Quantidade Diária Contratada respectivamente), independente da quantidade de gás efetivamente consumida a cada período. O não cumprimento dessas metas acarreta em cobranças adicionais à termelétrica, bem como em pagamentos correspondentes à PETROBRAS, nesse caso na qualidade de fornecedora da CEG RIO.

Durante o exercício de 2011, a UTE Norte Fluminense realizou alguns pagamentos relativos ao compromisso mensal de "Take or Pay" de R\$ 18.249, pois, para certos meses do ano, não ultrapassou o compromisso mensal estabelecido. A UTE Norte Fluminense também realizou o pagamento relativo ao compromisso anual "Take or Pay" para o exercício de 2011 no valor de R\$ 21.084,00, pois não cumpriu as metas mínimas.

Durante o exercício de 2012, a UTE Norte Fluminense não realizou pagamentos relativos ao compromisso mensal de "Take or Pay", pois, ultrapassou o compromisso mensal estabelecido. No entanto, a UTE Norte Fluminense realizou o pagamento relativo ao compromisso anual "Take or Pay" para o exercício de 2012 no valor de R\$11.191,00, pois não cumpriu as metas mínimas.

Estes pagamentos foram reconhecidos no passivo já que, de acordo com o contrato de fornecimento, representam antecipações de consumos futuros acima dos limites mínimos estabelecidos. Além disso, o baixo consumo da UTE Norte Fluminense fez com que a CEG RIO também não atingisse os limites mínimos previstos no contrato. Dessa forma, o mesmo valor foi pago pela CEG RIO a PETROBRAS e foi registrado no ativo como antecipação de consumo futuro, na conta créditos restituíveis.

Adicionalmente, considerando que a UTE Norte Fluminense ultrapassou o compromisso mensal estabelecido, a mesma obteve o direito de recuperar o gás pago e não retirado em períodos anteriores, totalizando um volume recuperado de gás de 330.341 milhares de m³ que corresponde a R\$ 46.351,00.

Abaixo a movimentação desses compromissos restituíveis:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	28.738
Pagamento de Take or pay - mensal	18.249
Pagamento de Take or pay - compromisso anual	21.084
Recuperação de Take or pay	(21.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	46.079
Pagamento de Take or pay - mensal	
Pagamento de Take or pay - compromisso anual	11.191
Recuperação de Take or pay	(46.351)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.919

22 Revisão tarifária

Em 31 de agosto de 2012, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (3ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

Em 6 de dezembro de 2012, a AGENERSA, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 719/2012, solicitou a esta Concessionária o envio de informações adicionais necessárias para o desenvolvimento dos estudos da 3ª Revisão Quinquenal Tarifária. Diante de tal solicitação, conforme estabelecido no §13º da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, o prazo para análise do processo da referida revisão tarifária fica suspenso.

A AGENERSA, até a presente data, não se manifestou quanto à proposta entregue.

23 Ativo regulatório

Em 29 de outubro de 2009, foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 462, a qual autorizou a retroatividade do resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária, publicada em 31 de março de 2009, permitindo à Concessionária realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 9 de maio de 2009 através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012 cujo valor presente montava a R\$ 25.230,00, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%.

Dessa forma, em 2009, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando o seu direito de recebimento do ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão.

Em 2010, como resultado da aplicação das novas práticas contábeis que estão de acordo com os padrões internacionais, o ativo regulatório foi revertido retroativamente ao exercício de 2009 por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. A partir de 2010, o referido ativo foi registrado na medida em que se realizou o faturamento da retroatividade.

Em 31 de dezembro de 2012 o referido montante da retroatividade foi totalmente repassado ao cliente.

24 Outras despesas operacionais, líquidas

	2012	2011
Penalidades e indenização a terceiros	388	385
Impostos e taxas fiscais	99	848
Baixa de materiais e equipamentos	380	1
Cessão de capacidade de duto	436	353
Demais despesas, líquidas	99	53
	1.402	1.640

25 Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	2.572	2.886
Juros e multas	680	628
Outras receitas financeiras	545	350
Atualizações monetárias ativas	154	440
	3.951	4.304
Despesas financeiras		
Comissões	(70)	(53)
Encargos de empréstimos	(3.805)	(4.562)
IOF	(320)	(164)
Outras despesas financeiras	(524)	(569)
Atualizações monetárias passivas	(464)	(357)
	(5.183)	(5.705)
Resultado financeiro	(1.232)	(1.401)

A variação do resultado financeiro do ano de 2012 em relação ao ano de 2011 foi motivada, principalmente, pelo menor volume de encargos sobre dívida bancária, gerado principalmente pelo menor volume de dívida em 2012 em relação ao ano de 2011.

26 Serviços administrativos e outros gastos gerais

	2012	2011
Serviços de manutenção	5.808	5.084
Serviço de profissionais independentes e contratados	21.022	17.149
Gastos gerais de escritório	345	408
Viagens e estadas	42	78
Aluguéis	482	464
Propaganda e publicidade	3.279	4.405
Perdas e recuperação de créditos	1.239	4.928
Provisões (reversão)	(682)	(98)
	31.535	32.418

27 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	333.800
Responsabilidade civil geral (*)	169.900
Responsabilidade civil - Administradores - diretores e dirigentes (*)	3.708

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.